



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA**

AURÉLIO PACHECO RIOS DUARTE

**AGRICULTORES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TAPERA E CORTA-
JACA: COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA O PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE**

Cruz das Almas - BA

2015

AURÉLIO PACHECO RIOS DUARTE

**AGRICULTORES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TAPERÁ E CORTA-
JACA: COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA O PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Colegiado de Graduação de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientador Prof^o Msc. AELSON SILVA DE ALMEIDA

Cruz das Almas - BA

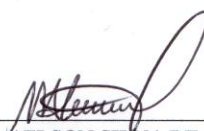
2015

AURÉLIO PACHECO RIOS DUARTE

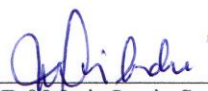
**AGRICULTORES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TAPERA E CORTA-
JACA: COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA O PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE**

Monografia defendida e aprovada pela banca examinadora

Aprovado em 12/ 05/ 2015



Prof. (a) Msc. AELSON SILVA DE ALMEIDA
Universidade Federal Do Recôncavo da Bahia



Prof. (a) Dr^a Maria Lucia Sodré
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof. (a) Msc. Vivian Lib rio de Almeida
Federa o Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar

Dedico este trabalho a aqueles que estiveram comigo durante este 6 anos de graduação aos meus pais, Dona Edileusa e Dr. Duarte, ao meu irmão Samir Rios, a minha noiva pela paciência, companhia e lealdade Alice Bastos, aos amigos Jardel, Douglas, Virmondes entre outros, colegas de curso e profissão.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela conclusão desta fase da vida, onde cada dia parecia infinito longe dos meus pais, do meu irmão Samir.

Aos meus pais Dona Edileusa Dr. Duarte, meu irmão Samir.

A minha noiva Alice Bastos dos Santos, sempre estar do meu lado em todas horas incentivando, corrigindo e sendo paciente.

Aos amigos Jardel, Douglas, Murilo, casal Sandoval e Thais, Virmondes, Jamynni.

Ao Prof. Msc. Aelson Silva de Almeida, orientador pela paciência e orientação deste projeto.

Aos Coordenadores: Drs. Jamille Casa (*in memoriam*), Daniel Mello, Carlos Ramos.

A professora Cintia Armond por sempre está apostando na nossa competência e apoiando-nos aos enfrentarmos novos obstáculos.

A minha Tia Edna Pacheco Rios (*in memoriam*).

Aos avaliadores por dedicarem seu tempo para conhecer este projeto.

Aos amigos, parentes e vizinhos que sempre se preocupam.

“Se avexe não, amanhã pode acontecer tudo, inclusive nada, a lagarta rasteja até o dia que cria asas”. A Natureza das Coisas musica de Accioly Neto.

RESUMO

A Agricultura Familiar apresenta uma quantidade de empreendimentos considerável e, embora detenha uma área bem inferior a do agronegócio, é responsável pela maior parte da alimentação dos Brasileiros. Contudo, a comercialização ainda representa um grande desafio. Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE representa a política pública capaz de contribuir para resolver parte do problema, ou seja, 30% toda alimentação que é utilizada por creches e escolas no município deve ser comprada da Agricultura Familiar. No município de Cruz das Almas – BA, os agricultores da Associação Comunitária da Tapera e Corta-Jaca são fornecedores para o PNAE desde 2010. Nesse sentido, este trabalho objetivou analisar a percepção dos Agricultores Familiares das comunidades de Tapera e Corta-Jaca a cerca do processo de comercialização ao PNAE, observando a contribuição dessa política pública para a melhoria das condições de vida dos agricultores. A pesquisa foi realizada através da aplicação de entrevistas semiestruturadas que contaram com a participação de sete Agricultores, sendo que a análise dos dados foi feita de acordo com aspectos quantitativos e qualitativos, Concluiu-se que todos os Agricultores consideram o PNAE como melhor mercado de venda de produtos, uma vez que os preços praticados são melhores, além de ser uma garantia de venda, além disso, foram relatados a pratica de outros mercados. Quanto às dificuldades relacionadas ao PNAE foram considerados problemas de logística de entrega dos alimentos e concorrência desleal.

Palavras chave: Agricultura familiar, Mercado de Alimentos, Alimentação Escolar.

ABSTRACT

The Family agriculture has a considerable amount of projects and, although to have a space much less than the from agribusiness, it is responsible for most of the food of Brazilians. However, the commercialization represents a major challenge. In this sense, the National School Feeding Program - PNAE is a public policy able to contribute to solving part of the problem, ie 30% all foods that are used by kindergartens and schools in the municipality should be bought of Family Farming. In Cruz das Almas - BA, farmers of the Community Association of Tapera and Corta-Jaca are suppliers for the PNAE since 2010. Therefore, this study aimed to analyze the perception of Family Farmers of Tapera communities and Corta-Jaca about the commercialization process to PNAE, noting the contribution this public policy to improve the living conditions of farmers. The survey was conducted by applying semi-structured interviews were attended seven farmers, and the data analysis was done according to quantitative and qualitative aspects, It is concluded that all farmers consider the PNAE as best selling market, so that the prices are better, besides to have guarantee sale, moreover, have been reported the practice from other markets. As for the difficulties related to PNAE were considered delivery logistics problems of food and unfair competition.

Keywords: Family farming, Food Market, School Feeding.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	12
2.1. OBJETIVO GERAL	12
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3. REVISÃO DE LITERATURA	13
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR	13
3.2 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	15
3.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	17
4. METODOLOGIA	20
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5.1 DADOS SOBRE OS AGRICULTORES E A PROPRIEDADE RURAL	21
5.2 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	22
6. CONCLUSÕES	32
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
8. APÊNDICE	39
FOTOS DA COMUNIDADE	43

1. INTRODUÇÃO

Segundo Maluf (2006: 38-39) “A agricultura familiar no Brasil compõe um universo numericamente significativo [...]”. Apesar do avanço do Agronegócio sabe-se que a Agricultura Familiar é responsável pela maior parte da alimentação dos brasileiros, neste sentido é necessário analisar as possibilidades de mercado acessíveis aos Agricultores, e de que forma o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE se insere neste processo.

Maluf ainda relata que: “Ao contrário da grande agricultura patronal, o setor familiar gera mais do que produtos; sua promoção gera renda e emprego, portanto, é fator de um modelo de desenvolvimento que enfrenta a pobreza e a desigualdade social” Delgado (2004, apud MALUF, 2006, p.38).

Então existe uma grande necessidade de fomentar as políticas públicas que estejam colaborando com o enfrentamento da pobreza relatada por Maluf, e trazer igualdade social.

A partir da necessidade de melhoraria da condição de renda e possibilidade de escoamento da produção do agricultor funcionando como incentivo à produção e manutenção do homem do campo o PNAE foi criado em 1955 com o nome de Campanha da Merenda Escolar.

No ano de 1965 o PNAE é reestruturado e passa a ter essa denominação a partir de campanhas realizadas no viés de estimular a presença de crianças nas escolas, com o decreto nº 56.886 de 20 de setembro de 1965, onde organismos internacionais ligados ao combate à fome enviaram recursos financeiros para o governo Brasileiro comprar alimentos de empresas para serem entregues às escolas e municípios carentes. Desta forma, houve uma junção de programas já praticados para estimular a educação de crianças, principalmente onde havia alto índice de desistência escolar (FNDE, 2005).

Quando estabelece a determinação de no mínimo 30% dos recursos do PNAE deve ser destinada a compra de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE destaca:

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. (FNDE, 2014, p. 4)

Então o FNDE reconhece a necessidade de modificar a produção de alimentos atendendo das demandas nutricionais e ao mesmo tempo incentivar a valorização do Agricultor.

No contexto do Agricultor o PNAE surge como uma forma de ampliar a possibilidade de venda da produção, sendo que muitas vezes o valor de venda e a falta de mercado desestimulam o plantio e acaba exigindo do Agricultor outra fonte de renda, como afirma Giddens:

“A criação do valor de troca, que se realiza no instante que o valor de uso deixa de ter importância para a consecução, seja da produção, seja da venda das mercadorias, permitindo “o desencaixe das relações econômicas através do tempo e espaço” GIDDENS (2002, apud JÚNIOR & FILHO, 2008, p.10).

Tomando como base a afirmação de Giddens faz-se a análise de que na maioria das vezes o Agricultor não é valorizado pelos custos e pelo trabalho que exerceu na produção, mas, o valor que recebe pelo produto é resultado de relações de mercado que levam em conta a lei de oferta e procura.

Relatos desse processo foram observados durante a vivência nas Comunidades Tapera e Corta-Jaca através da disciplina Vivência e Práticas Agroecológicas, onde surgiu a necessidade de conhecer melhor a realidade dos Agricultores Associados que participam do PNAE, para saber como é comercializada a produção de alimentos das comunidades, quem são os Agricultores associados, de que forma eles tiveram acesso ao PNAE e quais os benefícios trazidos pelo programa.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Conhecer a percepção dos Agricultores Familiares das comunidades de Tapera e Corta Jaca no processo de comercialização ao PNAE.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Caracterizar o perfil dos agricultores associados;

Averiguar os requisitos de acesso ao Programa;

Evidenciar os produtos comercializados;

Observar a contribuição do PNAE, bem como as dificuldades encontradas.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com FNDE (2014), é Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural de acordo com a **Lei nº 11.326/2006**, quem pratica atividades no meio rural, possuindo áreas com no máximo quatro módulos fiscais, utiliza mão de obra familiar, e tem a renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pelos membros da família, além disso, são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

Na Bahia, existe a maior quantidade de Agricultores e Empreendimento Familiar Rural, como afirma Santos (2009):

O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, que teve como base o Censo Agropecuário 1995/96, aponta ainda que a Bahia é o estado com o maior grupo de agricultores familiares do País, reunindo 623 mil estabelecimentos rurais de base familiar, 89% dos 700 mil contabilizados em todo o Estado, sendo que, o valor bruto da produção agropecuária da agricultura familiar representa 39,8% do total. (SANTOS, 2009: 10)

Santos (2009) Relata que a representatividade da Agricultura Familiar na produção agropecuária é de 39% do total, a Bahia ainda apresenta potencialidades neste porque parte dos Empreendimentos Rurais deixam de existir sem apoio técnico e financeiro, concordado com Schneider (2005) que relata o aumento do custo da produção, dependência tecnológica, políticas protecionistas e dependente de insumos.

A identificação do Agricultor Familiar é dada pela Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que é necessária para ter acesso às políticas públicas. De acordo com o FNDE (2014), a DAP possui duas modalidades Física e Jurídica. A Física que serve para identificar o produtor individualmente e à sua família, e a Jurídica que identifica as formas associativas dos agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas devidamente formalizadas.

Neste caso, para ter acesso ao PNAE, a Associação deve apresentar as duas modalidades a identificação individual dos Agricultores associados através da DAP - Física e a identificação da associação enquanto instituição através da DAP – Jurídica. Ou seja, para o

acesso do Agricultor Familiar ao PNAE, dois fatores são fundamentais a formalização dos grupos através de Associações e Cooperativas e o registro de Agricultor.

A melhoria da capacidade organizacional dos produtores tem como objetivo buscar nichos de mercado e agregar valor à produção (PORTUGAL, 2004).

Além disso, é importante preservar vínculos estreitos entre a produção da matéria-prima agrícola e a atividade de agregação de valor, haja vista que, o maior ganho gerado pela última, pode dar origem a processos de diferenciação econômica entre os agricultores envolvidos (MALUF, 2004).

Nesta visão, a viabilização das atividades de produção agroalimentar, continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias rurais em condições dignas, tanto como fonte direta de renda monetária, quanto de alimentos para o autoconsumo (MALUF, 2004).

No contexto do meio rural brasileiro, onde a agricultura familiar se destaca como potencialmente mais capaz de desempenhar funções estratégicas tanto econômicas e produtivas, como também na sustentação do tecido social rural (MULLER, 2005).

As principais variáveis, tamanho da família, força de trabalho familiar, tamanho da propriedade e tipo de atividade da família e destino da produção são necessários para entender a distribuição da força de trabalho exercida pela familiar rural brasileira (FEHLBERG, 2001).

Além disso, os programas governamentais, como é o caso do PNAE são necessários principalmente diante da pobreza na zona rural, para zona rural utilizamos o conceito de Abramovay (2003 apud LIMA, 2007: 7-8):

Abrange 3 ênfases: *a relação com a natureza*, que supõe o contato mais próximo com o meio natural pelos habitantes locais do que nos centros urbanos; *as áreas não-densamente povoadas*, que possibilitam o fortalecimento dos laços de sociabilidade nas relações de vizinhança, tratado por alguns estudiosos como “sociedade de inter-conhecimento”, que reforça os laços comunitários; *a relação com as cidades*, no sentido de que o bem-estar nas áreas rurais depende em boa medida das relações de proximidade com os centros urbanos, por intermédio da maior disponibilidade nestas de atividades econômicas que se estendem até o meio rural e que criam oportunidades de melhoria das condições de vida, em termos objetivos e subjetivos.

Então permite segundo Abramovay a socialização reforçando laços comunitários, mas que tem sido desvalorizado junto com sua produção que leva os Agricultores à dependência de políticas públicas assistencialistas, que são direitos, mas, só passam a ser principal fonte de renda quando a Agricultura não traz o retorno adequado. De acordo com Santos (2009, p. 11) o Programa Luz Para Todos, Bolsa Família, a Previdência Social Rural e o crédito rural, são fundamentais no apoio à geração de renda no meio rural.

Além disso, muitas vezes o Agricultor busca outras fontes de rendimento seja vendendo a Força de Trabalho para outros Agricultores, seja indo buscar relações com os centros urbanos próximos em busca de oportunidade melhores, para este agricultor se caracterizar com ser Pluriativo, precisa haver uma combinação de ocupações. Para Schneider (2005, p. 27):

A pluriatividade caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas.

Então quando existe necessidade de trabalhar na Agricultura e em outra forma de ocupação surge outro contexto social e econômico, um fenômeno estratégico para Schneider (2005), para manutenção econômica, onde os membros podem ou não optar por mais de um tipo de trabalho.

3.2 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF vem de uma demanda para tapar a lacuna deixada por resoluções e leis anteriores que não contemplava agricultores, pescadores, pequenos artesões e negócios familiares que ante ao lançamento do programa em 1995, não tinha apoio técnico, financiamentos e ainda era forçado a vender as terras, buscando emprego nas grandes cidades.

Exemplo disso é a mudança do Brasil rural, em 1940 a população rural era 84%, e 16% urbano agora no ultimo censo 2010 inverteu-se essa ótica com 84% na zona urbana e

16% rural (IBGE, 2010), ocorre então uma grande demanda de produção de alimento, desde as pequenas cidades que dependem do que produz e também compra a produção agrícola, até as metrópoles que precisam de alimentos em grande quantidade.

Porém, esta produção depende de diversos fatores, como por exemplo, as condições climáticas que podem ser determinantes na dinâmica da migração dos Agricultores. Por estes fatores o PRONAF para Nunes (2007), facilita com linhas de crédito a recuperação de pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo sistemas de produção, possibilitando a capacitação dos produtores, adequação de tecnologias, redução de custos, aumento da produtividade agrícola, aumento na produção de alimento e garantia da segurança alimentar, uma agricultura que seja sustentável e possa fixar Agricultores Familiares.

O PRONAF tem como público-alvo, segundo Nunes (2007, p.2):

- a) possuem parte da renda familiar proveniente da atividade agropecuária, variando de acordo com o grupo em que o beneficiário se classifica (30% no grupo B, 60% no grupo C, 70% no grupo D e 80% no grupo E);
- b) detêm ou exploram estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais, ou até seis módulos quando se tratar de atividade pecuária;
- c) exploram a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- d) utilizam mão-de-obra predominantemente familiar;
- e) residem no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- f) possuem renda bruta familiar de até R\$ 60 mil por ano;
- g) pescadores artesanais, pequenos extrativistas e pequenos aqüicultores se incluem no público-alvo do Pronaf.

Esses critérios estabelecidos procura manter o agricultor familiar em sua localidade, incentivando a produção e melhorar o contexto social. Além disso, Podemos observar que os alvos do PRONAF estão em diferentes contextos sociais e econômicos.

O PRONAF foi o início de uma nova política de valorização do agricultor familiar, com programas de geração de emprego e renda, e estabelece uma forma de negociação direta para financiamento entre Agricultores e governo, evitando especuladores que enriquecem a custa dos pequenos produtores (NUNES, 2007).

No Nordeste os contratos relacionados ao Credito do PRONAF gira em torno de contra R\$ 393 milhões e 285 mil contratos, Nunes (2007) ainda relata que na safra 2005/06

Bahia houve 155 mil contratos com o total de R\$ 435 milhões.

A relação que se estabeleceu quando PRONAF traz a identificação Agricultor ou Empreendedor Rural Familiar para que possa fornecer produtos advindos da Agricultura Familiar para o PNAE, facilitou não só aspectos da qualidade do alimento, como geração de renda, e fortalecimento da soberania alimentar e a regulação de preços, estabelecendo critérios para o valor da mercadoria e observando as tabelas de preço da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

3.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é considerado pioneiro na oferta de alimentos ao meio escolar visando promover a segurança alimentar e nutricional, atende cerca 37 milhões de estudantes que estão em idade escolar que frequentam regularmente escolas, creches, e instituições filantrópicas pelo Brasil (TEO et al,2009).

A execução do PNAE tem encontrado entraves para adesão por falta de adequação do fornecimento da alimentação disponível, por está atrelado à disponibilidade de alimento de ocorrência regional, ou de acordo alimentação local, então alimentos cultivados regionalmente ou localmente são preferências na hora da compra, tendo como critério o aspecto físico, nutricional e sazonal, ainda colabora a higiene do ambiente, a logística, e os sujeitos (CECCIM, 1995).

A alimentação escolar pode servir como instrumento pedagógico, por possibilitar a socialização coletiva e a construção de uma cultura, tomando uma dimensão política porque é considerado uma oportunidade ou motivo uma forma que pode contribuir com a aprendizagem, promovendo a entrada de alimentos saudáveis, especialmente quando introduzidos alimentos de origem orgânica, da Agricultura Familiar e não condimentados, retirando da alimentação o consumo de alimentos pobres nutricionalmente, ricos em sódio, açúcares e gorduras saturadas vendidos comumente em “fast food” ou cantinas (TEO et al,2009).

Figura 1. Representação de hipótese de ciclo entre Agricultura Familiar e Alimentação Escolar.



Fonte: Esquema do autor do trabalho, 2015.

O programa tem contribuído para melhorar a nutrição de crianças em idade escolar, movimentado a economia local, estimulado a permanência no campo, com a possibilidade do aumento da renda para o Agricultor, e uma qualidade de vida melhor (PINTO & ALMEIDA, 2011).

Para realizar a compra dos produtos adquiridos da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar, são necessários os seguintes passos segundo FNDE (2014, p.8):

- 1º – Orçamento: levantamento dos recursos orçamentários disponíveis
- 2º – Articulação entre os atores sociais: mapeamento dos produtos da agricultura Familiar
- 3º – Cardápio;
- 4º – Pesquisa de preço;
- 5º – Chamada pública
- 6º – Elaboração do projeto de venda;
- 7º – Recebimento e seleção dos projetos de venda;
- 8º – Amostra para controle de qualidade;
- 9º – Contrato de compra;
- 10º – Entrega dos produtos, termo de recebimento e pagamento dos Agricultores.

A Chamada Publica para compra de alimentos para o PNAE foi implantado junto com PAA no ano 2010, no município de Cruz das Almas, com a parceria estabelecida entre o Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social, através da secretaria municipal de educação que junto à prefeitura

municipal compram alimentos da Agricultura Familiar para fornecimento a Creches e Escolas Municipais (Comunicação pessoal).

Carvalho relata que:

As secretarias de educação e as prefeituras são as Unidades Executoras (UEX) que efetuam as compras de gêneros, bens e serviços por meio de processos licitatórios, visando sempre à qualidade do cardápio a ser oferecido em atendimento à legislação, às peculiaridades e às necessidades locais e regionais (CARVALHO, 2009: 125).

Portanto, quem fica responsável de gerir todo processo são as prefeituras e secretarias de educação.

Segundo o IBGE (2010), em Cruz das Almas há 1.341 crianças matriculadas em creches e 9.385 no ensino fundamental. Parte dos alimentos que são produzidos na comunidade do Corta-Jaca e Tapera, são fornecidos ao PNAE que o repassa a 43 escolas e 10 creches municipais contempladas.

4. METODOLOGIA

As comunidades da Tapera e Corta-Jaca ficam localizadas na zona rural do Município de Cruz das Almas – Bahia, a cerca de oito quilômetros da sede deste município. Nestas comunidades vivem noventa famílias aproximadamente quatrocentos habitantes, cinquenta e cinco famílias possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, porém, apenas dezoito Agricultores estão listados para fornecer alimentos ao PNAE, dessa amostra foram entrevistados sete Agricultores Familiares que possuem DAP – Física, cinco homens e duas mulheres, escolhidos ao acaso.

Foi realizado um estudo de campo a partir das orientações de Gil (2007), no primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de conceitos e contextos da Agricultura Familiar e do PNAE, posteriormente fez-se o estudo do local de pesquisa através do contato com o responsável pelo PNAE nas comunidades e com o presidente da associação, sendo solicitado um termo de anuência pela Associação permitindo a realização deste trabalho, pois, como afirma Katz (1974, apud Gil, 2007) para conhecer o campo em estudo é necessária à efetivação de algumas alianças, nesta perspectiva houve também a parceria com uma estudante do curso de Licenciatura em Biologia e outra de Agroecologia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, que também desenvolveram pesquisa nestas Comunidades.

A identidade dos entrevistados foi preservada, de acordo com o estabelecido na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, os sujeitos foram identificados pela sigla A de Agricultor e um número correspondente, ficando A1 – A7, ao falar em todos os Agricultores utilizou-se AT.

Foram realizadas entrevistas a partir de questões semiestruturadas, o registro das respostas foi feito através de gravações e anotações, e a análise das respostas foi feita com base em aspectos quantitativos e qualitativos.

A análise dos dados foi feita a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2004), que divide essa análise em três etapas: pré-análise (leitura), descrição analítica (categoria, subcategoria, unidade de registro e unidade de contexto) e interpretação inferencial (análise das respostas).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 DADOS SOBRE OS AGRICULTORES E A PROPRIEDADE RURAL

No primeiro momento foram identificadas informações referentes ao próprio Agricultor e à sua propriedade, estes dados estão sintetizados na Tabela a seguir.

Tabela 1: Informações sobre agricultor.

	Moradores da Propriedade	Possui DAP	Membro da Associação	Benefício social, Pensão ou auxílio.	Tipo de Benefício	Principal renda da Família
A1	4	Sim	Sim	Sim	Aposentadoria	Agricultura
A2	4	Sim	Sim	Não	---	Pedreiro
A3	3	Sim	Sim	Sim	Bolsa Família	Agricultura
A4	6	Sim	Sim	Sim	Bolsa Família	Agricultura
A5	7	Sim	Sim	Sim	Aposentadoria	Aposentadoria
A6	4	Sim	Sim	Não	---	Agricultura
A7	2	Sim	Sim	Sim	Aposentadoria	Agricultura

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A associação Comunitária da Tapera e Corta-Jaca se fortaleceu com a necessidade dos moradores em se organizarem para acessar ao PNAE atendendo à exigência da DAP Jurídica, e da DAP Física dos associados.

Além dos sete Agricultores, a pesquisa se estende para a realidade dos familiares que moram na propriedade, abrangendo desta forma parte do contexto de trinta pessoas. Observa-se que a maioria dos Agricultores possui algum tipo de auxílio do Governo, portanto, não dependem somente da Agricultura e do PNAE, sendo que aqueles que não recebem este auxílio tem maior dependência da Agricultura, ou desenvolve outra profissão como é o caso do entrevistado A2, considerada Pluriativo pela dupla jornada realizada.

Inicialmente identificou-se a categoria Produção e Comercialização que em alguns aspectos inclui o PNAE em seu contexto, porém, fez-se necessário apresentar a relação dos Agricultores com o programa em outra categoria específica sobre o PNAE.

5.2 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Tabela 2: identificação de subcategorias e unidades de registro da categoria produção e comercialização.

Subcategorias Identificadas	Unidades de Registro
Alimentos Produzidos	Inhame, mandioca, hortaliças, geleia, polpa, laranja, limão, banana, cana de açúcar, manga, jaca, acerola, bolos, biscoitos, batata, aipim, milho, espinho cheiroso, amendoim e abacaxi.
Quantidade	Desde a não produção até 30.000 kg de Aipim.
Forma de Venda	PNAE, encomendas, PAA – Consórcio com o COMBÉ.
Outra forma de Venda	Feira livre, atravessadores e local.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dentro desta categoria foi identificada uma única Unidade de Contexto a Comercialização da Produção.

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

O entrevistado A1 relata que produz 30.000 kg de aipim, 8.000 kg de Inhame que foi comercializado e 3.000 a 4.000 kg que foram utilizados para semente, 4.000 kg de banana, 3.000 kg de laranja, 6.000 kg de polpa, dentre outros produtos em que não soube informar a quantidade, bolos, biscoitos hortaliças, geleia limão, cana-de-açúcar, manga, jaca e acerola.

A venda dos produtos para o A1 *“A gente vende para pequenos consumidores domésticos, a gente tem pra consumo imediato, demandando pouco produto natural, isso no caso da polpa né, porque os outros produtos tem PNAE o PAA”*.

Quando questionado se a associação fornece para as duas modalidades ou fornece só para as escolas A1 respondeu *“O ano passado nós fornecemos pra duas modalidades, com para o PNAE foi diretamente pela Associação Tapera e Corta-Jaca, para o PAA nós fizemos um consórcio com a Associação Combé, Tuá e Tintureiro, e assim produtores aqui foram relacionados junto aos produtores daquela região, pra complementar os fornecedores de lá pra atingir o volume de vendas”*.

Sobre as outras formas de venda A1 informa *“Nós temos além dos programas governamentais, temos a venda para os atravessadores e no comércio local, a gente fornece para pessoas da comunidade que tem ponto na feira”*.

A A1 informa as vendas realizadas da produção que em sua propriedade é diversificada, então poderia aumentar as vendas para a demanda do PNAE e ainda poderá diversificar a alimentação.

A valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de negócio e amplia o acesso a novos mercados para agricultores de pequeno e médio porte (MALUF, 2004).

O entrevistado A2 relata que *“Plantava de tudo, mandioca, Inhame, Horta, cheguei a tirar dinheiro no banco, e assim não sei se era sorte ou a maneira que talvez eu deixava muita semente murchar esperando chover pra plantar e o Inhame não, o Inhame a gente tem que plantar logo, ele tem esperar chover já embaixo da terra, então eu perdi ainda forçando a barra pra pagar o banco, e última parcela eu não tive como pagar, e eu fiz um laudo que tive perda total, esse laudo foi pro banco e acho que com isso resolveram meu problema lá, só que com isso eu fui deixando, aí eu comecei a trabalhar de pedreiro, eu trabalho na horta também mais a renda é mais de pedreiro mesmo. Eu vou plantar Inhame, aipim e batata com a visão de vender não aqui na feirinha e nem o atravessador, na visão de vender pro PNAE, entendeu? No ano passado mesmo eu não produzi nada eu ajudei a produzir porque, eu trabalhei com outra pessoa ajudando a produzir, só que era de uma maneira diferente não era meu, eu sempre gostei de produzir, só que o que me desincentiva é o retorno, porque a gente gasta muito e na hora de retornar é pouco”*

A2 refere *“Não planto mandioca a mais de 20 anos. Porque a última mandioca que produzir, eu adulei ao cara pra comprar a roça que eu queria que como a terra é pouca porque eu ia plantar Inhame, precisava da terra. Eu precisei. Eu ia pegar o trator e revirar*

com tudo (a plantação) porque não achava quem comprasse, eu fui na casa do cara adular, pedir a ele, se ele chegasse pra mim disse assim que eu ia lá arrancar. Eu dei a mandioca as minhas irmãs e eu dei pra elas não quis, o preço tava baixo que como ta agora no comercio se fosse produzir saco farinha 40, 50 conto ”.

A2 estava desistindo de produzir alimento da sua propriedade, mas, percebeu a possibilidade de comercialização ao PNAE, considerando a melhor forma.

A3 diz produzir *“Hortaliça, aipim mandioca, amendoim, e só um pouquim de Inhame é pouco mais é né...”*, em relação à quantidade, *“No ano passado foi quatro sacos de amendoim 200kg, mandioca uns três sacos de farinha, a venda é só aqui mesmo, e atravessador”*.

A4 expõe *“Eu forneço mais Inhame, a última vez forneci 400kg”, quanto à venda, “Só o PNAE mesmo e mandioca in natura que ta baixíssimo o preço agora, e atravessador”*.

A5 relata que cultivava *“Mandioca, inhame, amendoim, bananeira, a terra é pouca mais cada um vai plantando um pedacinho, babosa, da quantidade não sabe não, vai levando um pouquinho depois mais outro pouquinho, deu 300kg de inhame mais deu caroço, vendeu assim aquele monte pra ver se vendia algum”. “Vendo na feira naquelas barraca lá de cimento atrás do mercado, um coentrozinho uma cebolinha, não tem cobertura ali pra tapar o sol, mas, eu comprei um guarda chuva e pronto”*.

A6 fala *“batata, aipim, mandioca, milho, amendoim e banana”, sobre a quantidade ele relata “De 500 a 1.000 kg de batata, aipim 2 toneladas e banana ainda não sei porque começou a produzir agora”, sobre a venda “PNAE que é aquele da merenda escolar, as vezes eu levo pra feira pouca coisa”*.

A7 descreve *“bananeira, eu planto inhame mais é pouco, aipim, mandioca, amendoim e abacaxi”* sobre a quantidade ele diz *“Inhame bota 1.000 kg, bananeira que é mais é 800kg, abacaxi só 150 kg mais vim mais aí, mandioca foi 4.500 kg”, sobre a venda ele conta, “Pro PNAE eu vendi só banana da angola e da prata porque abacaxi ainda não tinha, agora eu vendo na cidade é na feira”*.

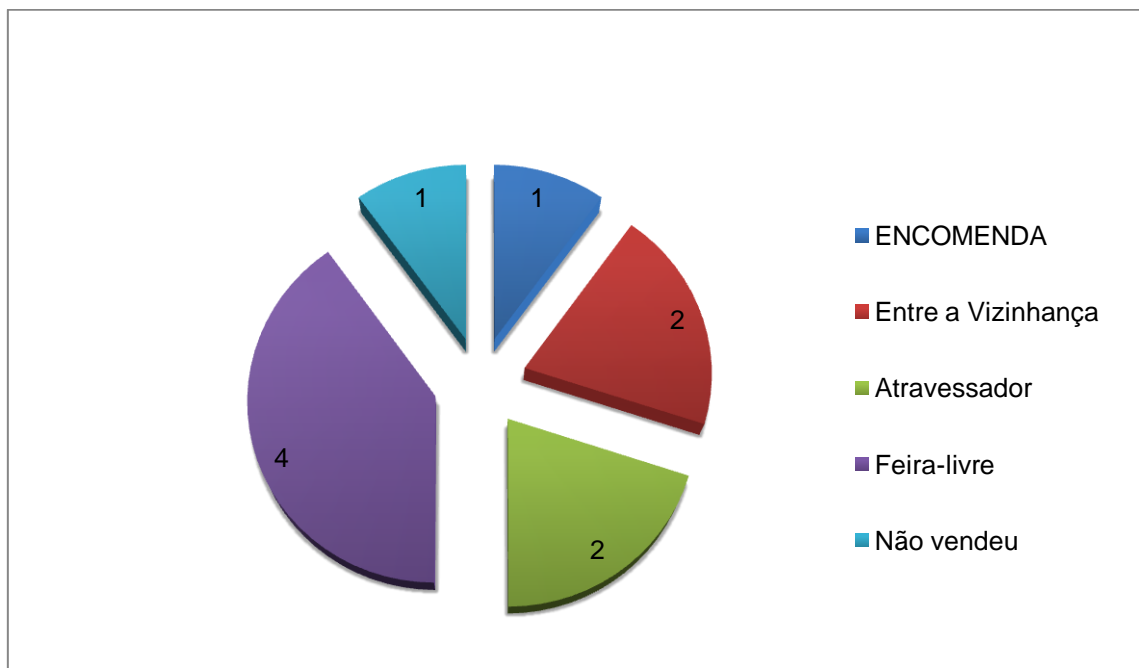
Observa-se que há uma diversificação da produção praticados pelos Agricultores das comunidades Tapera e Corta-Jaca, sendo que alguns destes plantam em maior quantidade do que outros, além disso percebe-se que alguns plantios são feitos pensando no mercado do

PNAE, que é considerado pelos agricultores o principal mercado onde é feita a venda dos produtos.

Outros mercados também são citados, como por exemplo, a feira livre, a venda à vizinhança e aos atravessadores que compram por um preço bem menor o que desestimula os agricultores, mas, muitas vezes é feito por não haver opção e correr o risco de perda da produção.

Para visualizar melhor essa relação é apresentada a figura 2, onde se observa que existem agricultores que praticam mais de um mercado:

Figura 2: Mercados praticados exceto PNAE.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A figura 2, não incluiu o PNAE já que todos os Agricultores vendem alimentos ao programa, portanto foram ilustrados apenas os outros tipos de mercados praticados.

5.3 PNAE PELOS AGRICULTORES

Figura 3: Identificação de subcategorias e unidades de registro da categoria PNAE pelos agricultores.

Subcategorias Identificadas	Unidades de Registro
Melhoria financeira com o PNAE	Sim (AT)

Benefícios	Volume de vendas, preço, garantia de mercado, retorno financeiro, incentivo ao plantio, melhora na qualidade de vida, diminuição da relação com atravessador.
Dificuldades	Regularidade da aquisição dos artigos projetados para entrega, não ter um cronograma das escolas, concorrência desleal, logística, transporte e demora de pagamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Esta categoria também foi analisada a partir de uma mesma unidade de contexto:

Benefícios e Dificuldades no acesso ao PNAE na opinião dos Agricultores

Sobre melhorias trazidas pelo PNAE A1 responde que *“houve sim”*, relatando os benefícios, *“olha o volume de venda, o preço, e a garantia de mercado e com isso da um retorno melhor para a produção né se a pessoa ganha mais tem melhoria da qualidade de vida né”*, e as dificuldades, *“aí vem a regularidade na aquisição dos arquivos projetados pra entrega, aí vem o cronograma de entrega, a inexistência do cronograma de entrega que você fica sem condições de programar sua produção”*.

Ou seja, existe a necessidade de realização de um ciclo de produção estabelecido anteriormente onde o produtor possa plantar aquilo que será vendido e consumido de acordo a necessidade das creches e escolas, evitando os riscos de não encontrar compradores, praticar a venda com o valor muito baixo através dos atravessadores ou a consequente perda da produção, esse ciclo poderia ser facilitado se como aponta o entrevistado A1 houvesse um cronograma de entrega.

De acordo com o FNDE (2014) existe um nutricionista responsável por elaborar os cardápios da alimentação escolar, sendo que este cardápio deve respeitar as referências nutricionais e hábitos alimentares locais conforme a safra. Porém, se esta adequação conforme a safra não fica evidente na realidade dos agricultores de nada contribui no planejamento dos mesmos, além disso, o cardápio da merenda escolar não é organizado em cronogramas para ser entregue aos agricultores, o que seria essencial no momento de planejar a produção.

Enquanto as melhorias A2 afirma que “teve”, e quanto às vantagens, “só de já incentivar a gente em prantar, pra mim já é um grande avanço, porque só em a gente saber que vai ter a quem vender, que é um dinheiro garantido já incentiva, porque eu que não tinha prantado nada já resolvi pranta, mas, isso também não ir em frente eu paro e sigo minha vida de Pedreiro”, porém, existem as dificuldades, “olha a dificuldade do programa é o seguinte porque esse ano a gente já não teve, eu não sei direito o presidente da associação que sabe mais explicar, mais o que aconteceu foi que esse ano não sobrou vendagem pra gente, na chamada pública que chama, e pelo que a gente é informado o município tem o dever de comprar 30% da agricultura familiar do Município, que dizer que teria que ta vendendo seria nós e estamos perdendo a vendagem pra outro Município, porque se nós perdesse pra outra associação ela podia pegar com a gente, mas, perdemos pra outro Município”.

A2 está relatando um problema ocorrido por causa do vencedor da “Chamada Publica” ter sido uma associação de outro município do território.

A3 diz que “sim” houve melhorias, “a vantagem porque a gente tinha assim, dificuldade de vender às vezes até perdia, e porque lá a gente já tem a certeza de vender”, e dificuldades, “a dificuldade do transporte”.

A3 relata a certeza de comprar então o agricultor pode se planejar e realizar investimentos para o plantio. Sobre o transporte é devido as entregas serem distantes da associação e por causa da quantidade pedida as vezes nas escolar que não compensaria o frete levando por exemplo 3 molhos de alface a um bairro mais distante.

A4 também afirma que houve melhoras “sim, preço melhor”, e que a vantagem seria “melhorou a qualidade de vida”, mas, quando questionada sobre as dificuldades a mesma volta a reafirmar apenas benefícios, ou seja, de acordo com ela não há dificuldades “diante do preço que a gente vendo pro PNAE, a demora não é nada, vale a pena esperar, então eu acredito que um lado beneficia o outro, porque o atravessador compra por quatro vezes menos do que o PNAE”.

Os intermediários muitas vezes ficam o lucro da produção comprando nas propriedades barato e vendem por um preço lucrativo, no PNAE quem regula os preços é o mercado local e a CONAB, ainda estabelece que ser for de produção Agroecologica o preço é 30% maior (FNDE, 2014).

A5 também afirma que houve melhorias “*sim*”, e vantagens, “*é porque às vezes ficava aqui dentro de casa e não vendia nada e aí já melhorou bastante*”, e quando questionado sobre dificuldades ele aponta dificuldades relacionadas a outros mercados, “*o problema é a feira que às vezes não tem nada, o transporte também*”.

Este A5 relaciona a feira-livre devido a necessidade de vender sua produção que não é absorvida pelo PNAE, também relata da pouca venda no dia de feira e dificuldade com transporte neste deslocamento.

O entrevistado A6 afirma com convicção sobre as melhorias trazidas pelo PNAE, “*claro, sem dúvida*”, e sobre os benefícios “*rapaz é questão com a gente assim não temos atravessadores, e também tem a vantagem que demora de receber mais é um custo que vale a pena a gente esperar*”, sobre as dificuldades ele relata um problema enfrentado “*esse ano mesmo a gente ta fora do PNAE, eu acho que não pode acontecer o que aconteceu, mas, infelizmente é licitação, ficou um negócio chato e a renda do Município foi embora, e também a gente tinha influência de trabalhar e agora ficou difícil até pra associação que tinha 5% do custo e hoje a associação não recebe nada*”.

A6 traz o mesmo problema que A2, e relata que até prejudicou a associação porque tinha arrecadação de 5% sobre as vendas da produção para o PNAE, que além de cobrir despesas rotineiras, esta porcentagem colaborava no caixa para eventos.

A7 também relata sobre as melhorias “*houve, houve que é mais caro um pouco né*”, e sobre os benefícios “*a vantagem é o preço mesmo*”, quanto às dificuldades “*rapaz eu não achei ruim nada não, a lembrei agora, logo quando começou eu falei rapaz não da pra mim não, porque demora de sair o dinheiro e tem conta de luz, conta de água pra pagar, só que demora de receber mais quando recebe é um dinheirinho bom*”.

O PNAE através da compra de alimentos da agricultura familiar apesar de ser planejado por técnicos e pessoas distantes da realidade do campo, ofertou a possibilidade de melhoria nas condições de vida dos agricultores, como eles mesmos afirmam nas respostas apresentadas.

Todos os entrevistados afirmam que o PNAE trouxe melhorias à suas condições de vida, e neste contexto foram apontados os benefícios do acesso ao programa, a maioria das respostas apontam como vantagem o preço praticado e a abertura de um novo mercado que antes era inacessível.

Um agricultor relata, por exemplo, que já teria perdido produção por conta do baixo custo de mercado de forma que nem os atravessadores tinham interesse na compra, outros relatam que apesar da demora em receber o dinheiro do PNAE se for comparar com o preço de outros mercados e do praticado pelos atravessadores é muito mais vantajoso vender ao PNAE.

A tabela 3 traz o preço e a quantidade de produtos vendidos ao PNAE em 2014 de acordo com o responsável pelo PNAE na Associação:

Tabela 3 Preço e a quantidade de alimentos vendidos ao PNAE.

Alimento	Preço (R\$) por quantidade	Quantidade vendida ao PNAE Peso (Total)/Molho
Abóbora	R\$ 1,47/kg	1000 kg
Aipim	R\$ 2,40/kg	1000 kg
Alface	R\$ 1,67/Molho	800 molhos
Amendoim	R\$ 6,00/kg	500 kg
Banana Prata	R\$ 2,40/kg	800 kg
Banana Terra	R\$ 4,73/kg	400 kg
Batata	R\$ 2,60/kg	1000 kg
Batata-Doce	R\$ 2,65/kg	1000 kg
Cebolinha	R\$ 2,00/Molho	800 molhos
Coco	R\$ 3,50/Kg	400 kg
Coentro	R\$ 2,00/Molho	800 Molhos
Couve	R\$ 2,00/Molho	800 Molhos
Inhame	R\$ 5,50/kg	1000 kg
Melancia	R\$ 1,47/kg	1000 kg

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No discurso de alguns Agricultores ficou evidente que a produção não era suficiente para atender ao PNAE e que a partir da necessidade de fornecer os produtos ao programa, eles foram incentivados a plantar mais, e diversificar as culturas, além disso, um dos Agricultores

A2 afirma que um dos benefícios do PNAE é incentivar o Agricultor a plantar, como foi no caso dele, que pratica outra profissão e só voltou a plantar após a adesão ao PNAE, visto que já havia perdido a produção em anos anteriores.

Em relação às dificuldades os principais apontamentos foram referentes à logística pela necessidade de deslocamento dentro da sede de Cruz das Almas, apesar da comunidade não se encontrar longe da sede (cerca de 8 km), os encarregados da entrega tem dificuldade para sair de um bairro ao outro para levar pouca quantidade de alimento a uma escola localizada mais distante da comunidade gerando assim gastos com o veículo que aumentam o custo da entrega.

Além disso, outra dificuldade apontada foi à demora em receber o pagamento da entrega, devido às questões burocráticas do sistema de pagamento do governo, a compra é direta do município que recebe o seguintes documentos: assinatura de entrega por parte da responsável pela cozinha, lista de alimentos entregues, nota fiscal devidamente paga com os encargos descritos emitido pela secretaria da fazenda, copia de documentos, além de dados cadastrais.

Porém, mesmo com essa demora os Agricultores relatam que vale a pena esperar, pois, o preço praticado é melhor do que os outros mercados e a depender da quantidade que recebem da para arriscar em alguns investimentos na casa, ou na propriedade.

Outra dificuldade explanada pelos Agricultores foi que eles prepararam a produção para oferta ao PNAE, e neste ano não conseguiram a licitação que foi arrematada por uma associação de outro Município que ficou com a venda de todos os alimentos constantes da relação independente do preço e obedeceu aos requisitos contidos na chamada pública, o que se configura enquanto uma concorrência desleal por uma vez que o FNDE (2014, p. 19) afirma que:

1) Fornecedores locais do município

As compras de gêneros alimentícios devem ser feitas, sempre que possível, **no mesmo município em que se localizam as escolas**. Assim, na análise das propostas, deverão ser priorizadas como primeiro critério aquelas provenientes do município, ou seja, de produtores que tenham residência e produção no município. Apenas quando as Entidades Executoras não obtiverem as quantidades necessárias de produtos oriundos de agricultores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de produtores do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade.

Esta afirmação tem como base a RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013:

Art.25 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

§ 1º - Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

Desta forma percebe-se que o PNAE incentivou uma mudança nas Comunidades Tapera e Corta-Jaca, e como a maioria dos programas governamentais deixou brechas para que uma concorrência desleal prejudicasse os agricultores que se planejaram de acordo com os critérios do programa. A Associação tem se articulado para resolver este problema com junto aos órgãos competentes.

6. CONCLUSÕES

A realização deste trabalho permitiu conhecer um pouco mais da realidade dos Agricultores das comunidades Tapera e Corta-Jaca, observou-se que todos os entrevistados são associados, a maioria destes recebe auxílio do Governo com exceção de A2 e A6, mas, apesar dos auxílios a maior parte deles tem a agricultura como principal fonte de renda com exceção de A2 que exerce atividade com pedreiro além de agricultor e A5 aposentado.

Outra observação foi quanto aos tipos de mercados praticados, todos os entrevistados disseram ter o PNAE como melhor mercado de venda da produção, porém, outros tipos de mercado também são praticados, como exemplo, a feira livre, a venda para a vizinhança, e a venda para atravessadores que é relatada como a que tem menos retorno, uma vez que os preços praticados podem chegar a quatro vezes menos do que os do PNAE, como foi citado por uma das entrevistadas.

Além disso, foi possível identificar a relação que eles têm com o PNAE, ou seja, de que forma eles se organizam para fornecer produtos ao programa com a regularização da documentação tendo associados a DAP – Física e a Associação a DAP – Jurídica. Consequentemente, conseguiram obter benefícios desse mercado, que vão desde o preço praticado até a certeza da compra, evitando a desvalorização ou perda da produção, e relataram que as dificuldades que são pela logística de entrega dos produtos, e até mesmo pela concorrência desleal pelo arremate da “Chamada Publica” por associação de outro território que prejudicou os Agricultores locais.

Portanto, é evidente que são necessários mais programas do governo que incentivem a produção agrícola, e possibilita a melhoria de renda dos Agricultores de acordo a demanda local, principalmente na perspectiva do PNAE que além de incentivar o Agricultor, favorece uma alimentação diversificada nas escolas e creches, possibilitando outro meio de aprendizado que se dá através do estreitamento de laços entre o campo e a cidade, entre as próprias comunidades rurais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**, ed.3, Lisboa: Edições 70 (2004).

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v. 16, 2008.

BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe, 2005.

BRASIL, LEI; LEI Nº8.171, de 17 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm. 1991.

BRASIL, Lei; Decreto nº37.106, de 31 de Março de 1955. **Institui a companhia da Merenda Escolar**. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>, 1955.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Diário Oficial da União 2009; 17 jun.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. de. Família e proteção social. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.

CECCIM, R. B. A merenda escolar na virada do século: agenciamento pedagógico da cidadania. **Em aberto: merenda escolar**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p. 54-62, 1995.

FEHLBERG, M. F.; SANTOS, I. dos; TOMASI, E. Prevalência e fatores associados a acidentes de trabalho em zona rural. **Rev. Saúde Pública**, v. 35, n. 3, p. 269-75, 2001.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação escolar**: encontros nacionais. Disponível em:

http://ftp.fnde.gov.br/web/alimentacao_escolar/encontros_nacionais/pnae_historico_e_perspectivas_112005.pdf. 2005. Acesso em 30 de Janeiro de 2015.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Manual da Agricultura Familiar: Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar**. Disponível em <http://www.fnnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download=8976:manual-agriculturaAlimentos>. 2014. Acesso em 09 de março de 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. – 10. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

JUNIOR, C. J. F. O.; CABREIRA, P. P.. Sistemas agroflorestais: potencial econômico da biodiversidade vegetal a partir do conhecimento tradicional ou local. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 1, 2012.

JUNIOR, G.; NARCISO, N.; BOTELHO FILHO, F. B. **A agricultura familiar e a construção da segurança alimentar e nutricional: a multifuncionalidade como fator de resistência à insegurança alimentar**. Brasília: FAV/UnB, 2008.

KAGEYAMA, A. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003.

LIMA, S. R. R. Ruralidade: O debate sobre o velho e o novo no meio rural. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Grupo de Trabalho GT 01, Agricultura Familiar, Recife, s. n, s. ed. P 1-16. 2007.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Ensaios FEE, v. 25, n. 1, 2004.

MALUF, R.. S. **Segurança alimentar e fome no brasil -10 anos da cúpula mundial de alimentação,** Rio de Janeiro: CERESAN, Relatórios Técnicos, 2. Agosto, 2006.

MENDES, E. de P. P. **Questões teóricas-metodológicas da produção rural familiar/Theories and methodological matters of familiar rural productions.** Revista Sociedade & Natureza, v. 14, n. 26/9, 2015.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** **Nera**, n. 8, p. 151-172, 2012.

MULLER, J. M. Multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva. In: **VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, de.** 2005.

NUNES, S. P. O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. **Deser-Boletim Eletrônico**, v. 156, p. 1-10, 2007.

OLIVEIRA, L. L. N. de. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <
http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6698/1/2013_LuanLustosaNicolaudeOliveira.pdf.
2014. Acessado em 29 de janeiro de 2015.

PINTO. I. S.; ALMEIDA. A. S. de. **Agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Cruz das Almas – BA**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Sociedade Inovação e Tecnologia Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, 2011.

PORTUGAL, Alberto Duque. O desafio da agricultura familiar. **Revista Agroanalysis, São Paulo**, 2004.

SANTOS, C. F. dos. **Agricultura familiar nos territórios baianos: o programa de desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil**. 2009.

SANTOS, I. B.; VIEIRA JÚNIOR, H.. **Merenda escolar: Políticas de alimentação escolar e a educação alimentar como perspectivas de práticas pedagógicas**. Eventos Pedagógicos, v. 3, n. 2, p. 120-130, 2012.

SANTOS, J. F. Dos; FARIAS, K.. G.. de P.. **Agricultura familiar como forma de produção rural para abastecimento de grandes centros urbanos**. 2014.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro**. Cadernos do CEAM, Brasília, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005.

SILVA, Orlando Cristiano da. Uma avaliação da produção de bioetanol no contexto da agricultura familiar a partir da experiência da Cooperbio. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.

TEO, C. R. P. A.; CORRÊA, E. N.; GALLINA, L. S.; FRANZOZI, C. **Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola**. Nutrire: Rev Soc Bras Alim Nutr, v. 34, n. 3, p. 165-185, 2009.

8. APÊNDICE

Formulário de questionário semiestruturado.

Número: _____ Data da aplicação: ____/____/____

a) Identificação

Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: () F () M

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____

Comunidade: _____

b) Dados sobre o Agricultor e a propriedade rural.

1. Profissão: _____

2. Quantidade de moradores: _____

3. Membro da associação () Sim () Não

4. Possui a DAP: () Sim () Não

5. Recebe benefício social/pensão/ auxílio: () Sim () Não

B:Qual: _____

C: Qual a principal renda da família?

c) Relacionado a produção e comercialização.

6. Quais são os alimentos produzidos?

7. Qual a quantidade?

8. Qual mercado que acessa?

9. Existe alguma outra forma de venda?

10. Houve uma melhora financeira com acesso ao PNAE?

11. Quais os benefícios do acesso ao PNAE?

12. Quais dificuldades encontradas?

13. Recebe assistência técnica?

14. Quem presta esse serviço?

TERMO DE ANUÊNCIA

O (A) **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CORTA-JACA E TAPERA** está de acordo com a execução do projeto **AGRICULTORES ASSOCIADOS DA TAPERA E CORTA-JACA E A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE**, coordenado pelo pesquisador (A) Prof. Msc. AELSON SILVA DE ALMEIDA, desenvolvido em conjunto com o (a) Discente AURÉLIO PACHECO RIOS DUARTE do (a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição durante a realização da mesma.

Cruz das Almas, _____ de _____ de _____

Nome do responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS.
TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) agricultor, morador das comunidades Tapera e Corta-Jaca no Município de Cruz das Almas está sendo convidado (a) a participar da coleta de dados referente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES ASSOCIADOS DA TAPERA E CORTA-JACA SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE”. A sua participação será por meio de um questionário, o qual o senhor (a) está sendo convidadas a responder, as respostas serão registradas na forma escrita e em gravação. O objetivo desta pesquisa é investigar a opinião dos agricultores sobre as interfaces do PNAE, tendo em vista a integração com outros programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Este trabalho poderá contribuir com as discussões a cerca da necessidade de se pensar as políticas publicas que sejam adequadas para o campo, além de permitir uma reflexão dos problemas encontrados para entrada do programa. Este projeto será desenvolvido pela estudante Aurélio Pacheco Rios Duarte, aluno do curso de Tecnologia em Agroecologia, com a orientação do professor Aelson Silva de Almeida, ambos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a quem o (a) Senhor (a) poderá contatar a qualquer momento que julgar necessário, garantindo esclarecimento sobre a realização da pesquisa. Os resultados obtidos com esta pesquisa serão socializados com os moradores das comunidades onde será realizada por meio do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante. Esta pesquisa deverá ser finalizada em Abril de 2015. A sua participação não é obrigatória e durante a aplicação do questionário, o (a) senhor (a) correrá o risco de se sentir incomodado com as perguntas e, neste caso, não será obrigado a respondê-las. Da mesma forma, terá a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. Se o (a) senhor (a) aceitar participar desta pesquisa, não será identificado na apresentação dos resultados. A sua participação neste trabalho deverá ser espontânea, sem direito a receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Sua

participação no projeto contribuirá para acrescentar à literatura dados referentes ao tema Políticas Públicas adequadas ao Campo. Informamos que o uso das informações oferecidas pelo (a) senhor (a) estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que fica situada na Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas/BA, 44.380-000, tel.: (75) 3621-6850. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e sua orientador, somente para esta pesquisa, sendo que seus dados serão guardados em até cinco anos. Sendo assim, se o Senhor (a) aceitar e concordar com a participação, o fará através da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e receberá uma cópia assinada do mesmo, conforme recomendações da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB.

Cruz das Almas, ____ de _____ de ____.

Prof. Msc. AELSON SILVA DE ALMEIDA
Pesquisador/Orientador
Email: aelson@ufrb.edu.br
Tel.: (75) 9122-3050

AURÉLIO PACHECO RIOS DUARTE
Estudante/colaborador
Email: aureliorios@gmail.com
Tel.: (75) 9249-0771

Colaborador

FOTOS DA COMUNIDADE

Figura 4: Hortaliças para venda na propriedade de um agricultor..



Fonte: Acervo pessoal, 2013.

Figura 5: Inhame para venda.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Figura 6: Reunião da associação.



Fonte: Acervo, 2013.